

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.542 - RJ (2019/0264188-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : LUCAS GOMES DE ASSIS (PRESO)
ADVOGADO : HUGO LEONARDO PARREIRAS SOARES - RJ161198
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por LUCAS GOMES DE ASSIS, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO assim ementado (fls. 45-46):

“HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA.

I – DA CUSTÓDIA CAUTELAR O decreto da prisão preventiva está devidamente fundamentado, uma vez que há prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, tendo sido a medida determinada para a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal.

A custódia cautelar foi mantida, igualmente de forma fundamentada, porque íntegros e inalterados os motivos que a justificaram.

Ressalte-se que a segregação é realmente cabível para o resguardo da ordem pública, por ser necessário afastar imediatamente a paciente do convívio social, em razão da grande periculosidade demonstrada pelo cometimento de delito de extrema gravidade.

O fato de o paciente, eventualmente, ser primário, ostentar bons antecedentes e exercer atividade lícita não é, por si só, fundamento para a sua pronta colocação em liberdade, notadamente em se tratando do delito de associação para o tráfico de drogas, crime extremamente grave, que tem causado problemas de toda ordem na sociedade, exigindo-se severidade no seu tratamento.

Por fim, as demais questões suscitadas pela Defesa, relativas à prova, referem-se ao mérito da ação penal, exigindo a análise aprofundada dos autos, o que se revela inviável no âmbito do presente remédio constitucional, no qual não é permitida a dilação probatória.

III – DO ARTIGO 319 DO CPP Por derradeiro, não vislumbro como a aplicação de medida diversa da prisão possa conter o ímpeto do paciente, salvaguardando a ordem pública. Ao contrário, a segregação cautelar afigura-se como solução única a reduzir a probabilidade de prática de qualquer ação delitiva, além de se mostrar mais adequada à gravidade do crime e às circunstâncias dos fatos.

ORDEM DENEGADA.”

Consta dos autos que o recorrente, juntamente com outros 106 corréus, foi preso preventivamente pela prática dos delitos de tráfico e de associação para o

tráfico.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que o recorrente sustenta, em síntese, que o decreto prisional se utilizou de fundamentação genérica, não estando presentes, na espécie, os requisitos que autorizam a decretação da custódia preventiva.

Destaca que possui emprego fixo na mesma empresa há quase 6 anos, e residência certa conforme comprovou no momento da impetração do *writ*.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para revogar-se a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida (fls. 279-286).

As informações foram prestadas (fls. 293-302).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo improvimento do recurso (fls. 304-309).

É o relatório.

DECIDO.

Pretende a defesa a revogação da prisão preventiva do recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva está assim fundamentado (fls. 90-95 e 97):

Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face dos denunciados acima mencionados, devidamente qualificados nos autos, em razão do suposto cometimento do crime previsto no art. 35, c/c art. 40, incisos III, IV e VI, ambos da Lei 11.343/2006, imputando ainda a alguns dos denunciados, os crimes previstos no art. 33, c/c art. 40, incisos III, IV e VI, da Lei 11.343/06 e art. 12 da Lei 10826/03, na forma do art. 69 do Código Penal.

De forma vestibular, exponho que as investigações tiveram início com a prisão em flagrante de Albert Pereira Batista, alcunhado "Alemão" ou "Russo" e Marcos André Cândido Simões, alcunhado "Sagaz", efetuada nesta cidade, em 10/09/2016, quando supostamente tinham sob sua posse balança de precisão, material plástico para embalagem de substâncias entorpecentes em unidades autônomas, quantia em espécie e comprovante de depósito bancário indicativo de se relacionar a recursos provindos da mercancia ilícita de drogas, o que restou formalizado no procedimento policial nº 090-03495/2016.

Saliente-se que naquela oportunidade foram apreendidos os aparelhos de telefonia móvel dos flagranteados, cujo sigilo de dados foi afastado por decisão judicial, obtendo-se elementos que indiciavam a participação de ambos em atividades criminosas no bairro Paraíso, nesta cidade, notadamente

relacionadas ao tráfico ilícito de entorpecentes, com vinculação ao denunciado Pabício Fernandes Alves, alcunhado "Bito" ou "Gordão", suspeito, à época, de atuar como chefe da facção criminosa que se autodenomina "Comando Vermelho", em atuação naquela localidade.

Todavia, ao que parece, os meios investigatórios convencionais não se mostraram suficientes a propiciar o avanço das investigações, até que no início do ano de 2018, o alcunhado "Bito" foi preso em flagrante nesta cidade, por suposto cometimento do crime de porte ilegal de arma de fogo, tendo sido em seguida noticiada a prática de homicídio que vitimou Washington Andrade Pereira, alcunhado "Ratinho" (IP 090-02164/2018), supostamente envolvido em atividades relacionadas ao comércio de drogas nesta cidade. Tais ocorrências propiciaram que indivíduo anteriormente aliado a "Bito", procurasse policiais civis com o escopo colaborar com as investigações.

Nesta parte, ressalte-se que por questões óbvias, o colaborador não pôde se identificar, todavia asseverou que o grupo criminoso atuaria se comunicando por aplicativo, instrumento utilizado, inclusive, para ordenar condutas delituosas, revelando aos policiais os nomes e telefones utilizados por cada componente.

Assevere-se que tais elementos embasaram representação pelo afastamento do sigilo de dados e interceptação telefônica, objeto do processo nº 0012249-30.2018.8.19.0007, que tramitou por este Juízo e instrui a denúncia ofertada.

A medida foi implementada pelo período de cinco meses e da superficial leitura dos relatórios elaborados, **extraem-se veementes indícios acerca da suposta existência de organização criminosa de porte jamais visto nesta cidade, composta, ao que parece, por mais de cem indivíduos, agrupados em determinadas células criminosas**, concebidas e escaladas para atuação com abrangência em determinados bairros desta cidade e também do município de Volta Redonda, havendo elementos indicativos de solidariedade entre as referidas células e seus componentes, todos, supostamente vinculados à facção criminosa já mencionada.

Com efeito, há indícios que o grupo criminoso tenha se articulado para disseminar suas atividades por todo o município, estabelecendo células setoriais supostamente comandadas pelos denunciados Pabício Fernandes Alves, alcunhado "Bito" ou "Gordão", seu irmão Pablo Fernandes Alves, alcunhado "PL", Tiago Cândido da Silva, alcunhado "Tiaguinho", Elmo Silva Lopes Júnior, alcunhado "Juninho Nazaré" ou "Americano", Marco Camilo da Silva, alcunhado "Balão" e Sandro José da Silva, alcunhado "Neymar".

Saliente-se que os elementos coligidos informam que cada célula criminosa contaria com diversos indivíduos que assumiriam funções específicas, relacionadas à interlocução dos chefes com aqueles que lhe são subordinados, gerência da distribuição de entorpecentes e contabilidade dos recursos obtidos, venda das drogas no varejo, transporte do material ilícito até os pontos em que seriam separados e embalados para a venda, além daquela exercida pelos "soldados", ou seja, o braço armado do grupo, responsável pela proteção dos

pontos de venda de drogas e eliminação de adversários.

A denúncia expõe de forma individualizada em qual estrutura criminosa cada denunciado atuaria, descrevendo o liame supostamente existente entre eles, não se circunscrevendo apenas ao âmbito de atuação da célula criminosa, como também aos relacionamentos indicativos de vinculação, interlocução e solidariedade entre toda a "societas", de modo que a ausência de referência, na presente decisão, acerca das funções exercidas por cada um deles, não a torna genérica, na medida em que estamos diante de denúncia que veicula 107 (cento e sete) denunciados, portanto descrevendo autoria coletiva, sendo inviável, contraproducente e desnecessária a menção às tarefas exercidas por cada um deles.

Nesta parte, insta acrescentar que a hipótese não revela meras suposições, ao revés, o resultado prático do trabalho de investigação desenvolvido culminou com diversas prisões e apreensões de armas de fogo, munições e substâncias entorpecentes, em algumas hipóteses, em quantitativo substancial.

Com efeito, observo que há procedimento policial constante dos autos que agregou as apreensões efetuadas, a fim de facilitar a consulta, podendo-se constatar que em 24/06/2018 (RO 093-02843/2018) foram apreendidos 1.000g de "cocaína", além de uma pistola Taurus calibre 9mm e 40 munições, em área supostamente operada por "Juninho Nazaré".

Em 18/07/2018 foram apreendidos 32,2g de "cocaína" em área que seria de domínio do denunciado Pablo Fernandes Alves, vulgo "PL", objeto do RO 090-02851/2018.

Em 08/08/2018 o réu Mateus Ernesto, vulgo "Negut" foi preso em flagrante porque supostamente portava 25g de "cocaína", que teria sido encaminhada por Sandro da Silva, vulgo "Neymar", objeto do RO 090-03105/29018).

Em 01/10/2018, foram apreendidos 1840g de "cocaína", acondicionados em 1.150 unidades autônomas, etiquetadas com a inscrição "CV", que estariam em depósito com os denunciados Renato de Souza Oliveira e Sidnei de Almeida Lopes.

Não obstante, da superficial leitura dos relatórios de interceptação dos diálogos entabulados pelo grupo, observa-se que vários deles fazem menção a negociações envolvendo armas de fogo.

Destaque-se que no curso das investigações obteve-se elementos indicativos de que o grupo criminoso encaminhou vídeo por aplicativo de comunicação, exibindo componentes efetuando diversos disparos de rajadas com uma pistola 9mm para o alto, após a prisão de desafeto vinculado a facção criminosa rival (RO 090-02032/2018). O fato, ao que parece, representou uma importante conquista para o grupo, na medida em que viu enfraquecer a atuação de rivais, justificando a vertiginosa expansão da organização criminosa.

[...]

Há também indícios de que o grupo criminoso teria adquirido um veículo blindado, supostamente destinado à proteção de seus componentes no

transporte de drogas e quantias em espécie.

Assevere-se também que em dezembro de 2018, portanto no curso das interceptações telefônicas, a polícia realizou a apreensão de duas escopetas calibre 12, um fuzil com carregador, além de várias munições para ambos os armamentos, na localidade conhecida como "Sem Terra", no bairro Paraíso, área que seria dominada pela organização criminosa investigada (RO 090-04867/2018).

Importante ainda consignar a ocorrência de homicídio nesta cidade, cuja autorização para a sua prática teria sido obtida de denunciado acautelado no sistema prisional.

Nesta parte, frise-se que durante as interceptações telefônicas, foi necessário, em caráter de urgência, a realização de monitoramentos incidentais a determinados períodos autorizados, diante do conteúdo de conversas que articulavam o extermínio de adversários e de policiais civis que investigavam o grupo.

Por outro lado, **não se pode olvidar que os autos noticiam o envolvimento de diversos adolescentes, que foram identificados e nomeados na denúncia, que teriam sido cooptados pelo grupo para atuação, notadamente na função de "vapor", ou seja, na venda a varejo do material entorpecente, sendo objeto do procedimento nº 090-00900/2019.**

Destarte, há dentre os elementos coligidos durante a investigação criminal, suporte probatório suficiente a indicar os denunciados como supostos autores das condutas imputadas na denúncia.

Presente o fumus comissi delicti, resta analisar o requisito relacionado ao periculum in libertatis.

Salta aos olhos a necessidade da segregação cautelar dos denunciados, que se traduz, primeiramente, pela exigência de se impedir a continuidade do atuar delitivo, interrompendo a possibilidade de realização de outras transações envolvendo o comércio de entorpecentes e, bem assim, suas repercussões no tocante a eliminação de adversários e de policiais que investigam o grupo, atividades que, ao que parece, já perduram há vários anos e se mantêm contemporâneas, devendo ser ressaltado que conquanto alguns dos supostos componentes estejam acautelados em estabelecimento prisional deste Estado, há notícias nos autos de que mantêm logística destinada a atuação sem qualquer restrição no monitoramento e coordenação das atividades de componentes de escalão inferior.

Impende mencionar que a organização atua para cometimento de delito equiparado a hediondo, de forma que a desestruturação da engrenagem se traduz essencial para a manutenção da paz social, já tão abalada pelo aumento vertiginoso da violência que permeia o comércio de substâncias entorpecentes ilícitas e traz à sociedade em geral uma sensação de insegurança muito grande, diante dos diversos confrontos armados visando a manutenção da hegemonia do comércio ilícito de entorpecentes, causando verdadeiro terror aos cidadãos, traduzindo-se em nossa maior seqüela, circunstâncias que se agravariam com a

permanência dos denunciados em liberdade, contribuindo sobremaneira para denegrir a imagem da Justiça.

Nessa esteira, **reitere-se que as investigações trouxeram elementos indicativos de que os denunciados estariam faccionados em organização que se autodenomina de Comando Vermelho, colhendo-se dados de que teriam sido planejadas e executadas verdadeiras execuções sumárias de supostos adversários, com o escopo de manutenção da hegemonia do comércio ilícito nesta cidade.**

Não obstante, **há que se mencionar que vários dos denunciados ostentam anotações criminais, por suposto cometimento dos crimes de tráfico de entorpecentes, porte ilegal de arma de fogo e outros, elemento que revela reiteração na prática de delitos graves e alta periculosidade dos agentes, a tornar a segregação cautelar imperativa para preservação da ordem pública.**

Nessa conformidade, a segregação se mostra necessária, sob pena de se cancelar a permanência, no seio da sociedade, de indivíduos supostamente envolvidos em atividades de escol em organização criminosa que verdadeiramente atenta contra a paz e segurança públicas.

Por fim, tenho que o acautelamento provisório ainda ostenta o escopo de assegurar o cumprimento da lei penal, evitando que os denunciados fujam e frustrem o desenrolar do processo, colocando em xeque a credibilidade da Justiça.

Ressalto, também, que o acautelamento provisório de alguns dos denunciados, por ordens provenientes de outros autos, não esvazia os fundamentos expostos que autorizam a prisão preventiva, que evidencia a finalidade de evitar que sejam libertados face aos benefícios do processo executivo penal.

Dessa forma, torna-se patente que a custódia preventiva é absolutamente necessária para a garantia da ordem pública e para assegurar o cumprimento da lei penal, não vislumbrando, na hipótese vertente, pelos motivos já explicitados, a adequação de medida cautelar diversa, que não se mostra capaz de neutralizar a atuação dos denunciados, consoante noticiado.

Assim, ante a fundamentação acima **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA**
DE:

[...]

066) LUCAS GOMES DE ASSIS;

Como se vê, expôs o decreto prisional fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser considerada idônea, demonstrando que *Salta aos olhos a necessidade da segregação cautelar dos denunciados, que se traduz, primeiramente, pela exigência de se impedir a continuidade do atuar delitivo, interrompendo a possibilidade de realização de outras transações envolvendo o comércio de entorpecentes e, bem assim, suas repercussões no tocante a eliminação de adversários e de policiais que investigam o grupo, atividades que, ao que parece, já perduram há vários anos e se mantêm contemporâneas,*

devendo ser ressaltado que conquanto alguns dos supostos componentes estejam acautelados em estabelecimento prisional deste Estado, há notícias nos autos de que mantêm logística destinada a atuação sem qualquer restrição no monitoramento e coordenação das atividades de componentes de escalão inferior.

Consta, ainda, do decreto que as investigações trouxeram elementos indicativos de que os denunciados estariam faccionados em organização que se autodenomina de Comando Vermelho, colhendo-se dados de que teriam sido planejadas e executadas verdadeiras execuções sumárias de supostos adversários, com o escopo de manutenção da hegemonia do comércio ilícito nesta cidade, e que, vários dos denunciados ostentam anotações criminais, por suposto cometimento dos crimes de tráfico de entorpecentes, porte ilegal de arma de fogo e outros, elemento que revela reiteração na prática de delitos graves e alta periculosidade dos agentes.

A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes, presença em diversas frentes de atuação e contatos no Rio de Janeiro e em outras unidades da Federação. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014.

Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013. por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Gilson Dipp, Jorge Scartezzini, Edson Vidigal e José Arnaldo da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade dos acusados, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta, consistente na prática de execuções sumárias de adversários e policiais, como forma de manter a hegemonia no comércio de entorpecentes nos locais onde atuam. Confirmam-se: HC 299762/PR – 6ª T. –

Superior Tribunal de Justiça

unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Esta Corte tem compreendido que a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 312.760/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013 e HC N. 438.685 – 6ª T. – unânime – de minha relatoria.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator